

JUVENTUDES, PRECARIIDADE E ÉTICA DA COABITAÇÃO: Implicações Educacionais dos Modos de Alocação Diferencial da Precariedade

Renata Porcher Scherer¹
Roberto Rafael Dias da Silva²

RESUMO

O artigo versa sobre os modos pelos quais as juventudes contemporâneas, no Brasil, têm sido enquadradas por um amplo e diversificado conjunto de discursos midiáticos acerca de sua constituição subjetiva. Ora enredados pelas potencialidades de ser um *Millennial* e desfrutar de uma ambiência social diferenciada, ora interpelados pela construção de uma leitura da condição juvenil marcada pela falta, como é o caso dos “nem-nem-nem”, conseguiu-se diagnosticar determinados modos de alocação diferencial da precariedade na constituição destas figuras subjetivas. Este cenário é intensificado no contexto da pandemia causada pelo coronavírus. Sob inspiração dos escritos políticos de Judith Butler, aponta-se para o advento de pautas que parecem extrapolar as questões identitárias e deslocam-se para uma luta e organização coletiva em favor de uma política da singularidade. Objetivamente, será atribuída uma centralidade analítica, tanto para as implicações educacionais desta alocação diferencial da precariedade e aos diferentes enquadramentos políticos e normativos desta questão, quanto para as possibilidades de as juventudes criarem novas alianças a partir da precariedade, em favor de uma ética da coabitação.

Palavras-chave: Educação; juventude; precariedade; Brasil.

YOUTHS, PRECARIOUSNESS AND COHABITATION ETHICS: EDUCATIONAL IMPLICATIONS OF THE DIFFERENTIAL DISTRIBUTION MODES OF PRECARIOUSNESS

ABSTRACT

The article deals with the ways in which contemporary youths in Brazil have been framed by a wide and diverse set of media discourses about their subjective constitution. Sometimes entangled by the potential of being a Millennial and enjoying a different social environment, sometimes challenged by the construction of a reading of the youth condition marked by the lack, as is the case of “nem-nem-nem”, it was possible to diagnose certain ways of differential distribution of precariousness in the constitution of these subjective figures. Under the inspiration of the political writings of Judith Butler, we point to the advent of agendas that seem to extrapolate identity issues and move towards a collective struggle and organization in favor of a policy of singularity. Objectively, then, analytical centrality will be attributed both to the educational implications of this differential allocation of precariousness and to the different political and normative frameworks of this issue, as well as to the possibilities of youths to create new alliances from precariousness in favor of an ethics of cohabitation.

Keywords: Education; Youth; Precariousness; Brazil.

Submetido em: 22/10/2020

Aceito em: 28/1/2021

¹ Autora correspondente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense – Av. Copacabana – Piratini, Sapucaia do Sul/RS, Brasil. CEP 93216-120 <http://lattes.cnpq.br/5492100363304134>. <https://orcid.org/0000-0003-2331-1453>. renatapscherer@gmail.com

² Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Avenida Unisinos, Cristo Rei. CEP 93022000 – São Leopoldo/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/3180659616699939>. <https://orcid.org/0000-0001-6927-3435>

De maneira que, em seu ponto limite, poderia se conceber a sociologia não como um discurso único ou total sobre a sociedade, mas como o conjunto de tentativas para elucidar as diferentes configurações problemáticas, ou demandas sociais, que hoje coexistem em nossa sociedade (CASTEL, 2006, p. 97).

Quando nos propomos a examinar criticamente as variadas questões sociais contemporâneas, deparamo-nos com o dilema apresentado por Robert Castel, que escolhemos como epígrafe para este estudo. A preocupação com as demandas sociais recebe reações controversas na teoria social e, com maior ou menor intensidade, torna-se alvo de questionamento de sua legitimidade acadêmica ou mesmo de acusações acerca da possível difusão de metodologias opinativas ou de interpretações parciais. Não resta dúvidas de que estes posicionamentos não são originais; entretanto, junto a Castel (2006) distanciamo-nos deste “puritanismo sociológico” e lançamos mão de uma análise acerca do presente que percorre outra direção, qual seja: os tensionamentos entre a precarização da vida, as culturas juvenis contemporâneas e as práticas de escolarização no Brasil. Em termos teóricos, estamos assumindo uma postura pluralista, para estudarmos certas “configurações problemáticas” que nos interpelam a construir novas interpretações.

A questão da precarização da vida tem recebido um conjunto representativo de investigações na literatura contemporânea (MARTUCELLI, 2017; LOREY, 2016; BARBOSA, 2018). De acordo com Barbosa (2018), a precariedade configura-se como uma nova questão educativa, que merece uma reflexão nos termos da capacitação e do desenvolvimento das capacidades dos jovens trabalhadores. Lorey (2016), por sua vez, sinaliza que a condição precária, ao discriminar e classificar os indivíduos em um contexto de insegurança, tende a governar (de modo biopolítico) a nossa subjetividade por meio da precariedade. Martucelli (2017), sob outro prisma, propõe-se a mapear as semânticas históricas da vulnerabilidade, da Antiguidade Clássica aos dias atuais. Torna-se importante salientar, então, que inscrevemos nossa abordagem nesta tendência contemporânea em refletir a precarização da vida, e tomaremos os escritos recentes da filósofa Judith Butler como interlocutores privilegiados para esta tarefa. Este debate adquire contornos extremados no contexto da pandemia causada pela Covid-19, em que novas inquietações acadêmicas no campo educacional são levantadas (SILVA, 2020; MORGADO; SOUSA; PACHECO, 2020).

Butler (2017a), na primeira década dos anos 2000, convida-nos a “repensar a precariedade” (p. 15). Para a filósofa, a precariedade tem uma estrita relação com a convivência social, uma vez que significa reconhecer que como seres humanos dependemos do outro para viver ou, em suas palavras, “a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro” (BUTLER, 2017a, p. 31). A problemática da questão relacionada à precariedade a qual Butler nos chama a atenção estaria relacionada com a “alocação diferencial da precariedade” (p. 16) – que produziria uma distinção entre as vidas que teriam valor ou que merecem ser vividas e aquelas que não seriam passíveis de luto. De acordo com a filósofa, “a possibilidade de ser enlutada é um pressuposto para toda vida que importa” (BUTLER, 2017a, p. 32).

Recorrendo à análise relacionada com a precariedade e sobre quais são as vidas passíveis de serem enlutadas, podemos nos perguntar quais, no cenário brasileiro,

são as juventudes que têm suas mortes choradas e quais que não têm esse direito. Metodologicamente, Butler recorre à teoria do enquadramento para responder à tal questão. De acordo com a filósofa, “os ‘enquadramentos’ atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos” (BUTLER, 2017a, p. 17). Para tanto, neste artigo analisaremos como as pautas juvenis contemporâneas têm sido enquadradas por meio da mídia e quais as possibilidades que elas nos apresentam para repensarmos a precariedade como elemento que – de forma ambivalente – une diferentes pautas das juventudes contemporâneas e que também, a partir da alocação diferencial da precariedade, define quais são as vidas que adquirem valor e quais são ignoradas. Assim, tanto as implicações educacionais desta alocação diferencial da precariedade e os diferentes enquadramentos dessa questão quanto as possibilidades de as juventudes criarem novas alianças, a partir da precariedade, configuram-se como o foco principal deste exercício analítico. Trata-se da fabricação de um exercício analítico de natureza curricular.

Importa, ainda, ressaltar que, ao analisar tal superfície analítica, além de apresentar os enquadramentos dos movimentos estudantis, buscaremos também realizar o controverso exercício de “questionar a moldura” (p. 24), e, assim, “mostrar que ela nunca conteve de fato a cena a que se propunha ilustrar, que já havia algo de fora, que tornava o próprio sentido de dentro possível, reconhecível” (BUTLER, 2017a, p. 24). Questionar a moldura nos parece uma prerrogativa para multiplicarmos as possibilidades de analisar e mostrar a pluralidade de sentidos que as pautas juvenis contemporâneas nos interpelam no contexto atual. Ao longo deste texto, nossa intenção não se restringe a uma reflexão ostensiva sobre a questão pandêmica, mas produzir indagações investigativas no âmbito das tramas políticas e epistemológicas que intensificaram a precariedade neste triste cenário.

Muitos estudos acadêmicos, de diferentes áreas do saber, têm buscado dialogar com o tema das juventudes, buscando responder de forma bastante abrangente as questões específicas relacionadas à tal temática. De acordo com a pesquisadora Marília Sposito (2013), no Brasil, as décadas de 1960 e 1970 merecem destaque em relação à produção acadêmica de aporte sociológico sobre o radicalismo juvenil. As pesquisas de Marialice Foracchi sobre os universitários brasileiros como protagonistas dos movimentos estudantis, e o trabalho desenvolvido por Octavio Ianni sobre as imbricações entre a história do regime capitalista e o advento político da juventude, são marcos importantes para os estudos sobre tal tema. Conforme a argumentação desenvolvida por Sposito (2013), tais estudos são importantes, pois, com suas análises, inauguram um olhar para a juventude como categoria social (com suas omissões, benefícios e tensões). Tal debate amplia-se quando seu arco teórico e metodológico se estende para “a experiência juvenil como condição social construída e reconstruída a partir de vetores inscritos nas desigualdades sociais, de gênero e étnico-raciais na sociedade contemporânea” (SPOSITO, 2013, p. 441).

Takeiti (2011), ao analisar e descrever vetores de subjetivação de jovens que vivenciam contextos de vulnerabilidade e violência, aponta que, mais do que evidenciar a violência na vida de jovens pobres, “é preciso problematizá-la política, ética e esteticamente na sociedade contemporânea para que seja possível compreender como

eles são forjados e forjam outras formas de invenção e criação da própria vida” (TAKEITI, 2011, p. 61). Tal estratégia teórica e metodológica possibilita ir além de descrições naturalizadas que associam vulnerabilidade, juventude e violência, fixando os jovens em uma lógica apenas de exclusão.

Sposito e Carrano (2003), realizando uma análise crítica das políticas públicas voltadas para as juventudes e os desafios para sua efetivação, assinalam que, mesmo sendo possível observar um caráter progressista em algumas dessas políticas, especialmente em nível municipal, ainda observam-se representações normativas e corretivas acerca das juventudes, em que se efetivam políticas com foco na “superação dos problemas vividos pelos jovens, sua situação de vulnerabilidade e, portanto, a meta fixada incide sobre o combate a esses problemas (desemprego, violência, drogas)” (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 35). Para os pesquisadores brasileiros, torna-se importante assumir, como horizonte político para as novas políticas voltadas para as juventudes, que seja possibilitada uma atuação dos jovens “como sujeitos dotados de autonomia e como interlocutores ativos na formulação, execução e avaliação das políticas a eles destinadas” (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 37).

Partindo daquilo que os estudos sobre as juventudes brasileiras têm apontado, compreendemos a importância de mapearmos outras possibilidades teóricas e metodológicas, para investigar e dialogar com o tema da juventude, com vistas a abalzar novas possibilidades de enquadrar esses atores sociais. Sendo assim, aproximamo-nos dos estudos recentes desenvolvidos pela filósofa Judith Butler sobre o conceito de precariedade e sobre a ética da coabitação para, a seguir, examinarmos três textos jornalísticos que tornaram visíveis determinados modos de enquadrar a juventude contemporânea, apresentando os limites e as possibilidades desse enquadramento. A opção metodológica pela análise das reportagens inscreve-se na perspectiva de questionar as molduras que reeditam permanentemente a condição juvenil no Brasil. Igualmente, apontaremos, ao final do estudo, para o advento de novas pautas juvenis que parecem extrapolar as questões identitárias e deslocam-se para uma nova lógica e forma de se organizar e lutar em favor de uma política da singularidade.

DAS VULNERABILIDADES À PRECARIZAÇÃO EXISTENCIAL: UM DIAGNÓSTICO

Quando buscamos uma aproximação mais sistemática com as teorizações sociais contemporâneas, constatamos uma generalização da precariedade, explicitada em variados contextos (BARBOSA, 2018). Pensadores sociais de diferentes tradições, como Zygmunt Bauman (2016), Ulrich Beck (2018) e Judith Butler (2019), sinalizaram, no decorrer da última década, para um cenário de intensificação da precariedade, ora por questões econômicas e políticas, ora por questões culturais e subjetivas. Uma das expressões utilizadas com maior recorrência é a noção de “preariado”, difundida por Guy Standing (2014), apontando para um cenário em que “muitos milhões de pessoas ao redor do mundo [estão] sem uma âncora de estabilidade” (p. 15).

De acordo com a abordagem sociológica proposta por Standing (2014), a reivindicação das políticas neoliberais pela flexibilidade no mercado de trabalho contribuiu para aumentar a sensação coletiva de insegurança. Em sua argumentação,

“conforme o trabalho flexível se propagava, as desigualdades cresciam, e a estrutura de classe que sustentava a sociedade industrial deu lugar a algo mais complexo, porém certamente não menos classista” (p. 22). Em comum, às pessoas que experimentam essa condição poderia ser elencado o reconhecimento de uma existência precária.

Lorey (2016), sob outro prisma teórico, defende que a precarização configura-se hodiernamente como um instrumento de governo. As formas de intervenção do Estado seriam destinadas a certo equilíbrio, qual seja: “quanto mais se reduz a garantia social, mais aumenta a precarização e maior é a batalha para elevar ao máximo a segurança interior” (p. 74). Inspirada na filosofia de Michel Foucault, Lorey sugere que a condição precária compartilhada “é hierarquizada, avaliada, enquanto que a vida precária é fragmentada” (p. 35), favorecendo o engendramento de novas técnicas de governo das vidas contemporâneas.

Explorando o conceito de vulnerabilidade, Danilo Martucelli procura, todavia, descrever e analisar as grandes semânticas históricas da vulnerabilidade, a partir de sua significação histórica e política. Para compreender o conceito, expõe que este “designa um traço comum a todo ator humano (e por extensão, a toda a sociedade): ‘a experiência de estar exposto a’” (p. 126). Sem adentrarmos nas tipificações construídas por Martucelli, é importante descrevermos que predomina atualmente uma “semântica performativa”, em que se pretende outorgar a vulnerabilidade, simultaneamente, a “um sentido ético e uma função política” (p. 129), isto é, consolida-se uma indiferença em relação ao sofrimento dos outros, na qual experimenta-se certa “impotência voluntária”.

O conhecimento não desencadeia necessariamente a ação, pela via da indignação ou da condenação moral; pelo contrário, muitas vezes é mobilizado como uma maneira de autopersuadir-se coletivamente acerca da impossibilidade de fazer algo – dada a altura dos desafios da miséria, os refugiados ou as catástrofes – ou mais unicamente – do interesse de não fazer nada, dados os custos que isto suporia (MARTUCELLI, 2017, p. 131-132).

Analisando os diferentes movimentos sociais que tomaram as ruas e as praças na primeira década dos anos 2000, Zygmunt Bauman, em diálogo com Ezio Mauro, categoriza-os como casos de “solidariedades explosivas” (BAUMAN, 2016, p. 35). Para os pensadores, “por um instante as pessoas suspendem as diferenças de seus interesses e de suas preferências a fim de liberar a energia acumulada pelo grande número de manifestantes e de maneira tão impressionante (e esperançosamente afetiva)” (BAUMAN, 2016, p. 35). A problemática, porém, teria início, de acordo com Bauman, no momento em que se torna necessário o estabelecimento de um consenso sobre a construção de um modelo alternativo; então, o debate tornaria visível as “fissuras e fendas que atravessam a oposição aparente e enganosamente unida” (BAUMAN, 2016, p. 35). Neste diálogo, chegam à conclusão de que faltaria, para os movimentos contemporâneos, uma espécie de telhado, ou seja, “algo que, compartilhamos e que pode nos manter juntos, dando-nos um sentido de pertencimento e de identidade na nossa relação uns com os outros” (BAUMAN, 2016, p. 35).

Em oposição ao tom saudosista das políticas de identidade, que de alguma maneira funcionavam como um telhado que mantinha as pessoas unidas, Hardt e Negri (2016) propõem colocar as políticas identitárias no purgatório. Para os autores, sob outro

ponto de vista, “embora não seja alienável, como muitas outras formas de propriedade, é título e posse que confere poderes de exclusão e hierarquia. A identidade é uma arma da república da propriedade, mas uma arma que pode ser voltada contra ela” (HARDT; NEGRI, 2016, p. 357). Para que as políticas identitárias possam funcionar como um projeto revolucionário, Hardt e Negri estabelecem três tarefas. A primeira estaria relacionada com a importância de revelar a violência da identidade como propriedade; a segunda consistiria na importância de avançarmos da indignação para a rebelião; e, a terceira e última tarefa, seria “lutar por sua própria abolição” (HARDT; NEGRI, 2016, p. 357). No lugar de “política da identidade” os autores propõem que utilizemos “política das singularidades”, aceitação em que as pautas relacionadas à raça, classe, gênero e sexo poderiam convergir.

Para Judith Butler (2017a), nossa principal interlocutora neste estudo, a compreensão de que somos todos vulneráveis a uma precariedade socialmente imposta, ajuda-nos a perceber que nossos sentimentos de angústia e fracasso estão imbricados em um contexto social mais amplo. Com base nessa percepção, podemos “começar a desarticular essa forma individualizadora e exasperante de responsabilidade, sustentando-a por uma concepção solidária que ratificará nossa dependência mútua” (BUTLER, 2017b, p. 29). Para a filósofa, as formas emergentes de “assembleias públicas” expõem, em primeiro plano, formas de interdependência entre as pessoas, que nos permitem refletir sobre o caráter corporeizado da ação social. Assim, poderíamos entender essas novas organizações como uma forma de exercer a performatividade “corporeizada e de caráter plural” (BUTLER, 2017b, p. 29).

Como buscamos mostrar, para Butler a precariedade, ao mesmo tempo em que é um fator que permite a articulação de novas coalizões, por se constituir como um princípio existencial ao qual qualquer um de nós poderia se ver exposto, constitui-se, também, como fator que distingue quais vidas merecem maiores investimentos biopolíticos e quais podem ser deixadas para morrer, pois não são vidas dignas de terem suas mortes enlutadas (BAZZICALUPO, 2017). Uma vida que não é merecedora de luto, como explica a filósofa, é uma vida que carece dos investimentos básicos de moradia, saúde e educação e que sente a precariedade de forma mais intensa que outras vidas, justamente pela alocação diferencial da precariedade. Nesta direção, Butler tem defendido a compreensão da importância de reconhecermos a “precariedade como uma condição compartilhada da vida humana” (BUTLER, 2017a, p. 31).

Com base no diagnóstico aqui apresentado, mobilizamos alguns questionamentos: Os movimentos estudantis recentemente mobilizados no Brasil evidenciam potencialidade política para o fortalecimento de relações solidárias? É possível ultrapassar a gramática política da individualização e o declínio das instituições públicas atualmente predominantes, construindo novas relações sociais pautadas nos princípios éticos da coabitação? Para responder tais questões, nos propomos a realizar um exercício analítico de três textos jornalísticos que tiveram uma grande repercussão no Brasil no decorrer do último ano e que colocam sob tensão as relações entre as demandas das juventudes contemporâneas e suas políticas de enquadramento. A alocação diferencial da precariedade, herdada das teorizações sociais de Judith Butler, será o conceito mobilizado para a composição desta analítica.

JUVENTUDE, PRECARIIDADE E SEUS ENQUADRAMENTOS

Ao avançarmos na composição desta analítica, buscando inspiração nos escritos políticos de Butler, ingressamos no debate acerca da precariedade existencial na interface com a proteção social. A possibilidade de produzir resistência à ordem neoliberal predominante, de caráter individualista, passa por uma reflexão mais consistente acerca dos dispositivos de proteção social (LAVAL, 2012; WACQUANT, 2015). Com a filósofa, entretanto, instauramos um campo de ambivalências que nos permite examinar os modos pelos quais a precariedade é diferencialmente alocada em nossas sociedades. No que tange às juventudes contemporâneas, esta precariedade é alocada de modos diferenciados, que fazem com que estes atores experimentem esta condição de forma específica.

Em aproximação aos escritos da filósofa, precisamos dimensionar que a vulnerabilidade é uma disposição subjetiva que nos caracteriza enquanto seres humanos, demarcando nossos modos de atuar e produzir afetos em nossas relações. A vulnerabilidade, então, articula nossos modos de existir, nossas demandas por relações humanas e nossos recursos de proteção coletiva. Acionamos nossos modos de existir requisitando a aproximação com outras pessoas. Neste aspecto, inclusive, reside a potencialidade política da vulnerabilidade, pois, à medida em que a vulnerabilidade nos constitui, podemos nos unir nos espaços públicos e reivindicar visibilidade para nossas formas de existir.

O que nos parece oportuno destacar é que a precariedade emerge quanto mais nossas vidas são exploradas (isto é, a precariedade é uma derivação de nossa vulnerabilidade comum). Em outras palavras, a precariedade permite que, em termos políticos, algumas vidas sejam passíveis de luto, em detrimento de outras. Em aproximação ao pensamento de Lèvinas, Butler auxilia-nos a problematizar os retratos do humano.

Por meio de uma transposição cultural de sua filosofia, é possível ver como as formas dominantes de representação podem e devem ser perturbadas para que algo como a precariedade da vida possa ser apreendida. Isso tem implicações, mais uma vez, para as fronteiras que constituem o que irá e não irá aparecer na vida pública, os limites de um campo de aparência reconhecido publicamente (BUTLER, 2019, p. 16).

Importante enaltecer que, sob esta lógica, certos rostos tendem a adquirir maior visibilidade pela opinião pública. Explica-nos Butler que “não é que o luto seja o objetivo da política, mas sem a capacidade de enlutar perdemos aquela noção mais afiada de vida que necessitamos para que possamos nos opor à violência” (2019, p. 17). Sob tal perspectiva, examinar os modos pelos quais determinadas formas de vida são visibilizadas pela esfera pública, especialmente pela mídia, permite-nos colocar em discussão a construção de determinados consensos. A opção por analisar como as juventudes contemporâneas são enquadradas pelos entendimentos hegemônicos no domínio político permitirá que coloquemos sob reflexão a regulação da constituição juvenil em nosso país, e, do ponto de vista político, fortalecerá nossa habilidade para agir e pensar criticamente neste início de século 21.

A partir deste momento, será realizada a apresentação de um conjunto de três excertos, extraídos da mídia brasileira nos últimos meses, visando a atribuir ênfase aos modos pelos quais as juventudes contemporâneas são enquadradas nestes textos. Os “frames” serão apresentados de maneira segmentada, ou seja, em três molduras, por meio das quais encontramos representações dos modos de existir das juventudes de nosso país. Da mesma forma, buscaremos compreender os distintos modos de alocação diferencial da precariedade que são colocados em atuação.

Frame 1³: Millenial’s e sua incapacidade em responder ao capitalismo financeirizado

Quadro 1 – *Millenial’s* e o futuro que nunca chega

Conhecemos esse mundo, é certo, porém apenas o suficiente para que, hoje, o passado se construa não tanto como fonte para pensar o presente, mas sim como idealização fantasiosa de uma época perdida. Cresce em nós a saudade difusa que assombra cada passo, crescem juntos os signos utilizados para expressá-la quando possível: não é curioso que a hashtag #tbt (throwback thursday, ou quinta-feira do regresso, empregada para demarcar nostalgia em determinada postagem) seja uma das mais usadas em algumas redes sociais? Ávidos por lembrar, ainda que acostumados, forçados e criados para esquecer, somos cobaias e signatários de uma nova vida na qual a realidade se desloca também para os “stories” de Instagram, para lembranças que se autodestroem em um dia de vivência. Quando a novidade enfim se torna guia único de conduta, tudo o que envelhece, que enfeia e que, portanto, se humaniza, se transforma em trauma.

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/08/minha-geracao-vive-a-angustia-de-um-tempo-que-nao-chega-escreve-millenial.shtml>

Quando lemos o texto acima, publicado no caderno Ilustríssima da Folha de São Paulo em agosto do ano passado, fomos interpelados a pensar acerca de uma nova nuance da precariedade, aparentemente distanciada de nossas preocupações iniciais. O texto, escrito por um jovem nascido em 1990, confessa as angústias de experimentar sua juventude em um presente permanente ou, em suas palavras, em “um tempo que não chega”. O artigo desvela os dilemas existenciais de ser caracterizado como um “millenial” e de construir uma narrativa de vida desacostumando-se com o passado e cultuando as novidades. Em uma linguagem bastante provocativa, o jovem refere-se a certo incômodo em nomear o mundo com expressões em inglês, a ser nomeado com expressões e rótulos diferenciados (millenials, geração y, geração z, nativos digitais, etc.) e a produzir sua vida em um perpétuo presente.

O *frame* supradestacado explicita as dificuldades de construir uma narrativa existencial, em um momento em que “as lembranças se autodestroem em um dia de

³ A expressão *frame*, em sua tradução para o português, remete à moldura, quadro; todavia, a expressão *to be framed* (ser enquadrado) na língua inglesa pode tanto representar ser emoldurado como ser incriminado. Inspirados em Butler, do ponto de vista metodológico, entendemos que operar com a noção de enquadramento supõe que “uma determinada maneira de organizar e apresentar uma ação leva a uma conclusão interpretativa acerca da própria ação” (BUTLER, 2017a, p. 23).

vivência”, tal como os *stories* das variadas redes sociais. Com perspicácia, afirma que “a novidade se torna o único guia de conduta”, o que ocasiona impactos subjetivos que merecem nossa consideração e, mais que isso, explicitam modos específicos de alocação diferencial da precariedade.

Em sua obra “Quadros de guerra”, cuja tradução foi publicada recentemente no Brasil, Judith Butler leva adiante as suas preocupações com as vidas precárias, e chama a atenção novamente ao conceito de enquadramento. Do ponto de vista epistemológico, sua abordagem atribui centralidade a determinadas “maneiras de enquadrar a vida”, que, no caso específico desta obra, atribuíam centralidade à guerra. Em sua argumentação, precisaríamos reconhecer a alocação diferencial da precariedade para, em um segundo momento, descrever os enquadramentos que atuam na diferenciação destas vidas. A preocupação é dirigida para a compreensão de certos esquemas normativos que, de maneira não determinista, reconhecem os sujeitos e suas vidas como merecedoras de serem vividas.

A operação do enquadramento tende a mobilizar formas específicas de construção da subjetividade, o que não inviabiliza que contenha um conteúdo definitivo ou um padrão estável de expectativas em relação à sua reprodutibilidade. Como explica a filósofa, o enquadramento implica sempre em desvios, rupturas e movimentos pouco explorados.

Em outras palavras, o enquadramento não mantém nada igualmente em um lugar, mas ele mesmo se torna uma espécie de rompimento perpétuo, sujeito a uma lógica temporal de acordo com a qual se desloca de um lugar para outro. Como o enquadramento rompe constantemente com seu contexto, esse autorrompimento converte-se em parte de sua própria definição. Isso nos conduz a uma maneira diferente de compreender tanto a eficácia do enquadramento quanto sua vulnerabilidade à reversão, à subversão e mesmo à instrumentalização crítica (BUTLER, 2017a, p. 26).

À medida que a precarização da vida é nosso objeto de estudo, em termos metodológicos, reconhecemos que sua análise partirá dos enquadramentos que temos à nossa disposição. A opinião pública, enunciada nas formas midiáticas de nosso tempo, coloca em circulação certas molduras que tendem a enquadrar nosso olhar para uma população ou evento específico. Sem desconhecer as tentativas de censura ou de manipulação, Butler argumenta, em outra obra, que “a esfera pública é constituída em parte pelo que pode aparecer, e a regulação do campo da aparência é uma forma de estabelecer o que contará como realidade e o que não contará” (2019, p. 19).

No caso dos jovens enquadrados como *Millenials*, merece destaque os modos pelos quais suas existências são descritas por meio das habilidades requeridas pelo capitalismo financeirizado. Mais velocidade, mais dinamismo, mais desempenho, dentre outras novas virtudes, posicionam uma condição juvenil em um presente tecnologicamente mediado, no qual inúmeras outras dimensões da vida não são levadas em consideração (SILVA, 2019). O *frame* analisado sinaliza para uma atitude de renúncia para um tempo em que tais formas juvenis aspiram por outros modos de existência (e novos enquadramentos). A seguir, ainda em contextos urbanos brasileiros, direcionaremos o olhar para uma construção argumentativa recentemente em evidência, que

tende a classificar os jovens a partir daquilo que lhes falta em termos de vida material e expectativa social.

Frame 2: Esquemas de inteligibilidade, reconhecimento e precariedade

Quadro 2 – Geração “nem-nem-nem”

Diferentemente dos jovens “nem-nem”, a geração chamada “nem-nem-nem” inclui uma nova categoria: além de não estudar e não trabalhar, o jovem “nem-nem-nem” também não está procurando emprego formal. Dos jovens nem-nem-nem, dois terços são mulheres. A cada 10 meninas da geração “nem-nem-nem” que abandonam a escola, três saem por gravidez precoce.

Fonte: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,quem-sao-os-jovens-nem-nem-nem-nao-estudam-nao-trabalham-e-nao-estao-procurando-emprego,70002811210>

A matéria, publicada em um jornal de ampla circulação no início de 2019, apresenta os resultados de uma pesquisa realizada em uma capital do Nordeste brasileiro. A pesquisa trazia como principais resultados a ênfase de que a geração nomeada como “nem-nem” – por não estudar, nem trabalhar – exerce várias funções remuneradas, mas, por essas se constituírem como precárias e intermitentes, sem vínculos empregatícios, os participantes da pesquisa, ao serem questionados se trabalham, respondem para a questão de forma negativa. Nas palavras da responsável pela pesquisa, “o que se destaca nessa juventude é uma reinvenção, uma força que se desdobra em atividades das mais inusitadas possíveis, desde vender loteria, até cuidar de idosos, vender maquiagens e marmitex em casa”.

Como podemos observar, os jovens analisados pela pesquisa e descritos (enquadrados) na grade explicativa do texto midiático, não têm suas funções laborais reconhecidas como trabalho nem pela sociedade, nem por eles mesmos. Trata-se de certo conjunto de formas de vidas que, por não se encaixarem em padrões esperados para sua vida escolar e profissional, acabam sendo rotulados pela falta. A expressão “nem-nem-nem”, sob esta lógica, marca três vezes o que lhes falta: trabalho, estudo e desejo/aptidão para a busca pelo emprego formal.

Como nos explica Butler (2017a, p. 21), “uma vida tem que ser inteligível como uma vida, tem de se conformar a certas concepções do que é a vida, a fim de se tornar reconhecível”. Neste sentido, enquanto as normas produzem as condições de ser reconhecido, são os esquemas de inteligibilidade que produzem as normas que devem ser seguidas. A questão que a filósofa nos coloca refere-se a compreender como a operação dessas normas pode tornar alguns sujeitos passíveis e outros mais difíceis de reconhecimento. Mais uma vez recorrendo aos argumentos de Butler (2017a, p. 20), “o problema não seria apenas saber como incluir mais pessoas nas normas existentes, mas sim considerar como as normas existentes atribuem reconhecimento de forma diferenciada”. Determinados modos de existir da cultura juvenil contemporânea experimentam a precariedade com maior intensidade, visto que as lacunas de suas experiências escolares e laborais tendem a definir como estes são enquadrados na

esfera pública. No contexto brasileiro, vale reiterar, a expressão “nem-nem” tem sido amplamente usada para definir a experiência juvenil nas periferias urbanas do país.

Assim, compreendemos que as matérias e pesquisas voltadas para a juventude operam mediante uma normatividade que reconhece na juventude uma geração que deve estudar e trabalhar, e que, na falta dessas ações, reconhece essa juventude como um problema que precisa ser combatido. A juventude “*nem, nem, nem*” certamente precisa de um olhar atento das políticas públicas e de investimentos, no sentido de reconhecer suas pautas e contribuir para sua formação. Entender quais são os jovens que estão fora da escola e fora do mercado de trabalho e os motivos dessas exclusões torna-se um passo importante. Igualmente, é necessário lançar mão de ações que não simplesmente responsabilizem os jovens por essa condição, mas que os auxiliem a mobilizar suas pautas para a busca de melhores condições de reconhecimento da sua existência. Como explicitamos na introdução deste texto, partimos do pressuposto epistemológico de que existe uma alocação diferencial da precariedade, possibilitada também pelos diferentes enquadramentos realizados de determinadas populações. O segundo *frame* analisado mostra, portanto, como a alocação diferencial da precariedade possui uma estreita relação com as políticas de reconhecimento. Passamos, então, para o terceiro e último *frame*, que analisaremos em nosso exercício analítico, mostrando outras possibilidades de enquadramento da juventude brasileira.

Frame 3: A exposição da precariedade e a ocupação dos espaços públicos

Quadro 3 – Listão das gurias

Na manhã desta sexta-feira (29), quando os estudantes do Colégio Anchieta saíram para o pátio na hora do intervalo, depararam com um aglomerado de mais de 100 adolescentes sentadas ao chão, todas vestidas de preto. Eram alunas das seis turmas de 3º ano do **Ensino Médio**, mobilizadas para um protesto. Uma a uma, elas foram subindo sobre uma mesa para declamar ou ler trechos de um **manifesto** escrito a muitas mãos.— Crescemos sendo colocadas uma acima da outra, quando na verdade estamos todas juntas. O listão é a concretização desse pensamento sendo repassada como tradição — recitou uma das estudantes.

Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/03/alunas-do-colegio-anchieta-fazem-manifesto-contra-lista-das-mais-bonitas-cjtu5743y01gx01llcxebcopy.html>

O terceiro e último exercício analítico que propomos nesse texto refere-se a um manifesto organizado por mais de cem jovens, em uma escola particular localizada no Sul do Brasil. No dia 29 de março de 2019, as estudantes do terceiro ano uniram-se para a leitura de um manifesto contra a prática de ranquear as estudantes por seus atributos físicos, que já se constituía como uma tradição (mesmo que velada) naquela instituição. De acordo com relatos extraídos das redes sociais na ocasião do manifesto, a lista continha apelidos e referências pejorativas para descrever as meninas listadas.

No referido manifesto, “as gurias”, expressão bastante utilizada no Sul do Brasil para referir-se às meninas, explicam que cresceram em uma cultura onde elas eram ensinadas a compararem-se e competir umas com as outras, e que desejam produzir

novas relações, novas formas de serem descritas e vistas. Nas palavras de uma das autoras do manifesto, “na nossa lista, estamos ao lado umas das outras celebrando tudo o que somos e que por tanto tempo foi reduzido a nossa aparência”. Chamamos a atenção para esse movimento juvenil, pois, nos parece que esse é um dos momentos em que as estudantes buscam escapar dos enquadramentos impostos pela sociedade, buscando construir novos enquadramentos mediante novas pautas juvenis.

Como Butler (2017b, p. 57) nos ensinou recentemente, “todo ‘eu’ leva consigo um ‘nós’”, isto é, quando um indivíduo exerce o seu direito de aparecer, de se fazer presente, juntamente com esse indivíduo existe uma aliança de indivíduos. Mais uma vez aceitando as argumentações da filósofa, “naturalmente, é uma pessoa concreta que nesse momento se move por aqui, que assume o risco de entrar nesse lugar, mas também uma categoria social atravessa o deslocamento dessa pessoa” (2017b, p. 57). De acordo com este pensamento social, o exercício de aparecer, de ocupar os espaços e as ruas será sempre um exercício performativo.

Todavia, se não somos capazes de entender que, quando as multidões se reúnem, o que está em jogo, aquilo por que se luta, é justamente o caráter público do espaço, nós estamos esquecendo de algo essencial para essas manifestações públicas (BUTLER, 2017b, p. 75).

Queremos olhar com atenção para o movimento organizado pelas estudantes nas duas dimensões ressaltadas por Butler. O primeiro aspecto refere-se à noção de que cada indivíduo carrega junto consigo uma dimensão do social. As alunas, ao reunirem-se na composição de uma pauta comum, mostram a importância das alianças para o fortalecimento de suas pautas. O segundo aspecto refere-se à importância de ocupar os espaços, como forma de dar visibilidade às nossas manifestações, que, para Butler, “nenhuma mobilização ou assembleia livre pode existir sem mover-se e reunir-se com outras pessoas”. A necessidade de nos reunirmos e expormos nossa precariedade é uma das chaves, segundo a filósofa, para analisarmos as assembleias públicas contemporâneas.

Ao nos propormos analisar o movimento organizado pelas estudantes, a partir do enquadramento proposto por Butler (2017b) sobre as assembleias públicas, desejamos dar visibilidade a como tais organizações juvenis contemporâneas têm buscado construir outras formas de alianças para lutar e dar visibilidade às suas pautas e demandas, encaminhando-se na direção de uma ética da coabitação. De acordo com a autora, quando os corpos se reúnem, cria-se um pequeno intervalo na lógica dominante para que as pessoas envolvidas possam experimentar outras lógicas e formas de se relacionarem. Outro destaque é que as lutas e desejos das pessoas reunidas não precisam ser idênticos, nem unitários, mas, “uma vontade caracterizada pela aliança de corpos distintos e adjacentes cuja ação exige um futuro distinto” (p. 79). Essa aliança exercitaria uma espécie de poder performativo para reclamar pela ocupação do espaço público. A performatividade, nesse contexto, não se exerceria apenas por meio do discurso, mas também pela ação corporal, dos gestos, dos movimentos, das congregações e da persistência.

Desejamos destacar, com a análise desse último *frame*, como as juventudes contemporâneas têm mobilizado novas formas de organização e de exposição da precariedade, criando esses pequenos intervalos na lógica dominante, descritos por

Butler (2017b), que potencializam a criação de novas alianças e sonham um novo futuro. Direcionamo-nos para a conclusão desse texto com a interrogação acerca de quais possibilidades de organização das pautas juvenis poderão estabelecer, além de novas alianças, outras perspectivas de futuro.

EDUCAÇÃO E ALOCAÇÃO DIFERENCIAL DA PRECARIIDADE: UMA SÍNTESE PROVISÓRIA

Enquanto produzíamos este estudo, mapeando os enquadramentos midiáticos à condição juvenil na contemporaneidade, um novo conjunto de condições fez-se presente na composição analítica, qual seja: as novas precariedades emergentes no contexto da pandemia causada pelo Coronavírus. Nos termos da transformação educativa no contexto da pandemia, interrogando especialmente pelos discursos curriculares junto a Morgado, Sousa e Pacheco (2020), poderíamos indagar sobre os processos de “isolamento curricular”. Mereceria destaque também arriscarmos algumas hipóteses sobre as relações entre “escola e necropolítica” (KOHAN, 2020), ou, ainda, sobre os limites das disposições formativas marcadas pela “melancolia pedagógica” ou pela “compulsão modernizadora” (SILVA, 2020). Defendemos, todavia, que o contexto pandêmico intensificou a alocação diferencial da precariedade na escolarização das juventudes brasileiras.

Em diagnóstico da nossa sociedade, Bauman, em diálogo com Ezio Mauro, aponta que durante um longo período o sentimento de fazer parte de uma história coletiva permitia a criação de vínculos entre indivíduos únicos e livres, que, mesmo pertencentes a grupos sociais diferentes, compartilhavam uma visão de desenvolvimento e crescimento. Nesse período, as desigualdades seriam toleradas devido a uma série de oportunidades que permitiam a construção de planos e sonhos. Hodiernamente, em contexto de precariedade crônica, a exclusão seria uma “nova forma de desigualdade, não apenas uma de suas consequências” (BAUMAN, 2016, p. 47). O número de excluídos que vivem à margem da democracia cresce diariamente, e a questão que o pensador nos coloca frente a esse contexto diz respeito à possibilidade de seguirmos acreditando que todos estaríamos ainda vinculados pelo mesmo pacto social.

Nos diferentes enquadramentos que analisamos nesse texto, buscamos mostrar como as juventudes contemporâneas têm buscado novas respostas para esse contexto de precariedade crônica diagnosticado pelos sociólogos. As novas morfologias do capitalismo e a lógica do curto prazo, ao mesmo tempo em que ampliam as desigualdades, convocam as juventudes a construir novas alianças, fomentando novas respostas no campo da educação destes atores. Tanto as “Gurias do Listão”, como os “Millennial’s” e os “Nem-nem-nem” lançam desafios para a educação, que parece não conseguir dialogar com tais demandas. Entendemos que um pressuposto importante para políticas educacionais que busquem dialogar com tais demandas consiste na compreensão de que a alocação diferencial da precariedade como fator estrutural da sociedade brasileira precisa ser enfrentada, na busca por possibilidades de democratização de programas que dialoguem diretamente com as pautas das juventudes do século 21. Neste sentido, retomamos a epígrafe escolhida para a abertura desse texto, pois acreditamos que, como pesquisadores na área da Educação e professores que atuam diretamente com as juventudes, precisamos

estar atentos para as demandas deste novo tempo e buscar estabelecer, por meio de nossas análises, um *conjunto de tentativas para elucidar as diferentes configurações problemáticas, ou demandas sociais, que hoje coexistem em nossa sociedade* (CASTEL, 2006, p. 97), apresentando novas possibilidades interpretativas sobre tais questões. Para educar as juventudes, em nossa perspectiva, precisamos enfrentar a alocação diferencial da precariedade como uma demanda social incontornável!

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Manuel Gonçalves. Educação, vida precária e capacitação. *Educação e Sociedade*, v. 39, n. 144, p. 584-599, 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. *Babel: entre a incerteza e a esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- BAZZICALUPO, Laura. *Biopolítica: um mapa conceitual*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2017.
- BECK, Ulrich. *A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017a.
- BUTLER, Judith. *Cuerpos aliados y lucha política: hacia una teoría de la asamblea*. Buenos Aires: Paidós, 2017b.
- BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- CASTEL, Robert. La sociología y la respuesta a la demanda social. In: LAHIRE, Bernard (org.). *Para qué sirve la sociología?*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006. p. 89-99.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- KOHAN, Walter. Tempos da escola em tempo de pandemia e necropolítica. *Práxis Educativa*, v. 15, p. 1-9, 2020.
- LAVAL, Christian. Pensar el neoliberalismo. In: AGAMBEN, Giorgio et al. (org.). *Pensar desde la izquierda: mapa del pensamiento crítico para un tempo en crisis*. Madrid: Naturae, 2012. p. 11-24.
- LOREY, Isabell. *Estado de inseguridad: gobernar la precariedad*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.
- MARTUCELLI, Danilo. Semánticas históricas de la vulnerabilidad. *Revista de Estudios Sociales*, v. 59, n. 1, p. 125-133, 2017.
- MORGADO, José Carlos; SOUSA, Joana; PACHECO, José Augusto. Transformações educativas em tempos de pandemia: do confinamento social ao isolamento curricular. *Práxis Educativa*, v. 15, p. 1-10, 2020.
- SILVA, Roberto Rafael Dias da. Entre a compulsão modernizadora e a melancolia pedagógica: a escolarização juvenil em tempos de pandemia no Brasil. *Práxis Educativa*, v. 15, p. 1-12, 2020.
- SILVA, Roberto Rafael Dias da. *Customização curricular no Ensino Médio: elementos para uma crítica pedagógica*. São Paulo: Cortez, 2019.
- SPOSITO, Marília Pontes. Interfaces entre a sociologia da educação e os estudos sobre a juventude no Brasil. In: APPLE, Michael; BALL, Stephen; GANDIN, Luís. *Sociologia da educação: análise internacional*. Porto Alegre: Penso, 2013.
- SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 24, p. 16-39, dez. 2003.
- STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- TAKEITI, Beatriz Akemi. Juventude(s), modos de subjetivação e violência: um diálogo com aportes de Michel Foucault. In: SPINK, M. J. P., FIGUEIREDO, P.; BRASILINO, J. (org.). *Psicologia social e personalidade* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; ABRAPSO, 2011. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/xg9wp/pdf/spink-9788579820571-06.pdf>.
- WACQUANT, Luïc. Poner orden a la inseguridad: polarización y recrudescimiento punitivo. In: AVILA, Déborah; GARCIA, Sergio (org.). *Enclaves de riesgo*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2015. p. 35-55.

Todo conteúdo da Revista Contexto & Educação está
sob Licença Creative Commons CC – By 4.0